

/ EDITORIAL

Segurança jurídica também é política de desenvolvimento

Há alguns meses, este espaço chamou a atenção para a importância de marcos regulatórios claros e previsíveis para que o Rio Grande do Sul consiga competir por investimentos. O tema volta à pauta agora pela perspectiva dos efeitos da judicialização e da insegurança jurídica sobre a economia gaúcha.

O caso mais recente é o Projeto Fosfato Três Estradas, da Águia Fertilizantes, em Lavras do Sul. Em setembro, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) anulou o licenciamento ambiental do empreendimento por entender que não houve consulta livre, prévia e informada a uma comunidade de pecuaristas familiares. A decisão reverteu sentença de primeira instância que havia rejeitado a anulação.

O episódio ganha dimensão econômica porque o projeto já recebeu cerca de R\$ 230 milhões em investimentos, iniciou suas operações e previa superar R\$ 300 milhões em aportes até 2028. A Fepam afirma que o licenciamento, iniciado em 2015, cumpriu os procedimentos previstos na legislação, com estudos, vistorias, avaliações técnicas e audiência pública.

É necessário que decisões administrativas possam ser submetidas à Justiça e que direitos ambientais e das comunidades sejam assegurados. Segurança jurídica não significa aprovação automática de empreendimentos nem flexibilização de exigências. O problema surge quan-

do, após anos de análises, licenças e investimentos, permanece a possibilidade de invalidação de todo o processo.

Na semana passada, empresários, lideranças políticas e moradores da Metade Sul participaram, em Porto Alegre, de uma manifestação em defesa da segurança jurídica. O receio é de que casos como o da Águia afetem a percepção dos investidores sobre o Estado.

Outro investimento bilionário reforça o debate. O Projeto Natureza, da CMPC, prevê cerca de R\$ 27 bilhões para uma nova fábrica de celulose em Barra do Ribeiro e estru-

turas logísticas. Seu licenciamento ainda depende de etapas como a análise do componente indígena pela Funai.

Embora envolvam empreendimentos e etapas diferentes, os dois casos colocam em discussão a capacidade do Estado de oferecer regras claras, deci-

sões técnicas e prazos previsíveis a quem pretende investir. Este espaço já defendeu que proteção ambiental, respeito às comunidades e desenvolvimento econômico precisam caminhar juntos.

Quando um projeto é suspenso ou postergado, os efeitos não ficam restritos à empresa responsável pelo investimento, pois chegam aos empregos, fornecedores, arrecadação e cadeias produtivas. O desafio é garantir que as regras sejam cumpridas e que os processos transcorram com segurança do início ao fim.

Quando um projeto é suspenso ou postergado, os efeitos não ficam restritos ao responsável pelo investimento

/ DESTAQUES NA EDIÇÃO DIGITAL

f jornaldocomercio i jornaldocomercio t JC_RS y JornalDoComercioRS in company/jornaldocomercio



Moradores de Porto Alegre enfrentam um impasse prolongado devido ao barulho excessivo de empreendimentos comerciais e à dificuldade de identificar os órgãos responsáveis pela fiscalização. Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista à reportagem de Cássio Fonseca com edição de Daniel Moragas.



O entremet, doce feito a partir de várias camadas com diferentes texturas, viralizou pelas versões que simulam frutas. Em Porto Alegre, a iguaria pode ser encontrada na Griffe Patisserie, empreendimento conduzido por Viviane Elsner Medeiros. Mire o QR Code e confira o vídeo do GeraçãoE.



/ FRASES E PERSONAGENS

“Essa demanda por trabalhadores, apesar da desaceleração, é muito importante, sobretudo o resultado de junho. O saldo de 972,2 mil vagas formais no semestre foi de alguma forma auxiliado pelo setor de serviços, que continua sendo responsável pela criação da grande maioria dos postos de trabalho. Também a construção segue aquecida.” **Cesar Bergo**, economista.

“Existem inúmeras vantagens em ter uma empresa familiar, entre elas a menor volatilidade, o horizonte de investimentos a longo prazo, a identidade familiar e as raízes mais profundas com a comunidade. Por outro lado, é preciso ter cuidado nos processos de transição.” **Helena Schmidt**, consultora da Lansberg, Gersick Advisors (LGA).

“Durante muito tempo, a tecnologia foi usada para mostrar o que estava acontecendo na operação. O próximo passo é fazer com que ela ajude a entender o que está acontecendo e agir antes que um desvio se transforme em custo.” **Alexandre Trevisan**, empreendedor.

“Cada voto importa, cada participação fortalece as instituições e reafirma o compromisso coletivo com a democracia.” **Desembargadora Maria de Lourdes Baccini**, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS).



Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

www.jornaldocomercio.com

Diretor-Presidente
Giovanni Jarros Tumelero

Editor-Chefe
Guilherme Kolling

direcao@jornaldocomercio.com.br
editorchefe@jornaldocomercio.com.br

Av. Ipiranga, 6.681
Tecnopuc - Prédio 99 - 4º andar
Porto Alegre, RS • CEP 90619-900
Atendimento ao Assinante: (51) 3213.1300

Conselho

Presidente:
Mércio Cláudio Tumelero

Membros do Conselho:
Cristina Ribeiro Jarros
Jenor Cardoso Jarros Neto
Valéria Jarros Tumelero

Fundado em 25/5/1933 por
Jenor C. Jarros
Zaida Jayme Jarros

/ CENÁCULO/REFLEXÃO

Uma mensagem por dia

Em geral, um dos fatores que mais abalam as pessoas é a dificuldade financeira. Quando a falta de dinheiro se prolonga por muito tempo, elas podem sofrer de insônia e até mesmo de depressão. Nesses momentos, Deus dedica-lhes uma atenção especial; no entanto, é preciso que cada um faça sua parte.

Meditação

Confie em Deus, mas não deixe de fazer sua parte.

Confirmação

“O meu Deus proverá magnificamente, segundo a sua riqueza, em Cristo Jesus, a todas as vossas necessidades” (Fl 4,19).

Rosemary de Ross/Editora Paulinas